



Liã de Paulo/Senado Federal

Sarney preside sessão em que se discutiu a pauta: acordo para votar regulamentação da Emenda 29 só saiu à noite

Jucá anuncia votação de recursos para saúde hoje e da DRU amanhã

A regulamentação da Emenda 29, que destina recursos à saúde, pode ser votada hoje. O anúncio foi feito ontem à noite pelo líder do governo, Romero

Jucá, que pretende garantir para amanhã a votação, em primeiro turno, da prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU). **3**

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.577 – Brasília, quarta-feira, 7 de dezembro de 2011



Desconto no IR deve incentivar escolarização de doméstica 7

Metade da verba do pré-sal pode ir para educação 7

Relatórios do Orçamento serão votados até sexta 6

Aprovado, novo Código Florestal volta à Câmara

Texto que busca equilíbrio entre preservação e atividade econômica teve 59 votos a favor e 7 contra

A pós seis horas de debate, o Plenário do Senado aprovou ontem relatório de Luiz Henrique e Jorge Viana para o novo Código Florestal, que retorna à Câmara por ter sido alterado. Entre as mudanças, está a ampliação dos benefícios econômicos para quem preservar áreas com florestas. **4 e 5**



Relatório de Jorge Viana e Luiz Henrique para o novo Código Florestal obteve maioria expressiva: das 78 emendas apresentadas em Plenário, 26 foram acatadas

Moreira Matiz/Senado Federal

PIS e Pasep poderão ajudar municípios mais pobres

Comissão aprovou ontem projeto que destina recursos dos dois programas, prioritariamente, para municípios com menor IDH. **8**



Benedito de Lira preside a Comissão de Desenvolvimento Regional: projeto visa maior equilíbrio entre regiões

Subcomissão sugere ministério para política antidrogas

A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas deve ganhar *status* de ministério para fortalecer sua atuação, segundo relatório aprovado ontem no Senado. **8**

Comissão aprova indicada para ministra do Supremo

Após mais de cinco horas de sabatina, Comissão de Constituição e Justiça aprova Rosa Weber para minis-

tra do Supremo Tribunal Federal na vaga aberta em agosto com a aposentadoria de Ellen Gracie. **2**

Rosa Maria Weber Candiota da Rosa foi sabatinada e teve o nome aprovado ontem pela CCJ, presidida por Eunício Oliveira. Indicação segue para o Plenário com pedido de votação em regime de urgência



Gerardo Magela/Senado Federal

A atual ministra do Tribunal Superior do Trabalho foi indicada para a vaga da ex-ministra Ellen Gracie e terá seu nome analisado pelo Plenário em regime de urgência

CCJ aprova Rosa Weber para o Supremo

COM 19 VOTOS favoráveis e 3 contrários, após mais de cinco horas de sabatina, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou a indicação de Rosa Maria Weber Candiota da Rosa para o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) na vaga aberta com a aposentadoria da ministra Ellen Gracie. O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) e a senadora Marta Suplicy (PT-SP) pediram urgência para a votação em Plenário.

Em meio à arguição, a atual ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) se declarou impedida de expressar opinião sobre ações em julgamento no STF — atitude criticada por Pedro Taques (PDT-MT) e Aloysio Nunes (PSDB-SP).

— Lamento o fato de não poder saber como o sabatinado

vai encarar questões delicadas e que serão definidas pela corte que vai integrar — desabafou Aloysio Nunes.

Rosa Weber justificou a recusa com base na Lei Orgânica da Magistratura, que a impediria de adiantar posição sobre processos que terá de julgar.

Taques reagiu a esse silêncio sobre temas em análise no STF defendendo mudanças na Lei Orgânica da Magistratura. Mas questionou-a, por exemplo, sobre atos de corrupção envolvendo membros do Judiciário.

Greve e CNJ

Entre as questões delicadas feitas a Rosa Weber, sobressaíram uma suposta greve de juízes trabalhistas e federais por melhoria salarial e atritos nas competências das corregedorias estaduais e do Conselho

Nacional de Justiça (CNJ) para investigar magistrados sob suspeição.

Após contestar que os juízes trabalhistas e federais tenham aderido a esse tipo de protesto, Rosa Weber afirmou que a greve é incompatível com a atuação do magistrado enquanto agente político.

Sobre a atuação da corregedoria do CNJ, a indicada disse entender que “todo ato de incorreção, de descumprimento funcional, sempre há de ser investigado e punido exemplarmente”.

— O Judiciário não está infenso a pessoas incorretas, que deverão ser investigadas, e os eventuais transgressores, punidos. Na minha convicção, a imensa maioria dos juízes é de absoluta correção e honestidade — declarou.



Ministra Rosa Weber e o presidente da CCJ, Eunício Oliveira: início da sessão de sabatina após a aprovação da indicação de Rosa Weber para o cargo de ministra do STF.

Temas polêmicos marcam a sabatina

União estável entre pessoas do mesmo sexo, nepotismo, mensalão, demarcação de terras de quilombolas. Questões polêmicas como essas, a maioria em julgamento no STF, marcaram a sabatina de Rosa Weber na CCJ.

Esses temas foram levantados a partir de questionamentos sobre ativismo judicial (decisões do STF sobre assuntos ainda não regulados por lei) feitos por Marta Suplicy (PT-SP), Luiz Henrique (PMDB-

SC), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Aloysio Nunes e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Sobre o reconhecimento da união estável entre homossexuais pelo STF, Rosa disse acreditar que o balizador dessa decisão foi o princípio constitucional da igualdade.

Pedro Simon (PMDB-RS) disse que o STF acertou na decisão sobre fidelidade partidária.

— O Supremo está fazendo o que nós não fazemos — disse.

Após afirmar que recursos em excesso impedem a justiça, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) pediu a opinião da indicada sobre a PEC dos Recursos.

— A PEC procura a solução desse problema por meio do trânsito em julgado antecipado. O grande gargalo está em assegurar ao cidadão o direito de receber aquilo que o Estado disse que era seu — afirmou Rosa Weber, respondendo a Alvaro Dias (PSDB-PR) e Valdir Raupp (PMDB-RO).

Lauro Antônio assume mandato como senador



O empresário Lauro Antônio (PR-SE) tomou posse no Senado, ontem, em substituição ao senador Eduardo Amorim (PSC-SE), que se licenciou por 120 dias para fazer uma cirurgia.

O novo senador se disse emocionado por assumir o mandato que lhe permitirá, conforme afirmou, contribuir para o desenvolvimento do seu estado e a melhoria das condições de vida da população.

— Precisamos de um trabalho contínuo em busca de desoneração do custo de vida no país — disse.

Suplicy pede voto de pesar pela morte de Sócrates

Emocionado, Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem requerimento de voto de pesar pela morte do ex-jogador Sócrates, ídolo do Corinthians e da Seleção Brasileira, que morreu domingo de choque séptico em decorrência de infecção intestinal.

O senador, que torce pelo Santos, citou a coincidência de Sócrates ter morrido exatamente no dia em que o Corinthians se sagraria campeão brasileiro. Suplicy também apresentou condolências à viúva, Kátia Bagarello, aos seis filhos e ao irmão Raí, ex-jogador do São Paulo e da Seleção Brasileira.



Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Prorrogação da DRU

14h Na pauta da sessão deliberativa, a quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição que prorroga a vigência da Desvinculação de Receitas da União (DRU).

Presidência Plano de combate ao crack

11h O presidente do Senado, José Sarney, participa da cerimônia de lançamento do plano nacional “Brasil contra o crack, Brasil contra as drogas”, no Palácio do Planalto. Às 16h, preside a ordem do dia.

CMA Biodiversidade

8h/10h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a União Internacional para Conservação da Natureza promovem Diálogos sobre Biodiversidade com Governos, iniciativa que busca internalizar no país as metas definidas pela Convenção da Biodiversidade da ONU.

CRE Amazônia e faixa de fronteira

9h Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, que integra a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para discutir e votar o relatório final do ciclo de audiências públicas sobre relações com os países vizinhos.

CAS Acidentes de consumo

9h A Comissão de Assuntos Sociais examina, entre outros itens, projeto que cria o Sistema Nacional de Controle de Acidentes de Consumo (Sinac).

CCT Petróleo e inovação produtiva

9h Audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre a inovação na cadeia produtiva de petróleo e gás. Entre os convidados, o gerente-geral de Contratação de Bens e Serviços da Petrobras, Edmar Diniz de Figueiredo.

CCJ Cotas sociais e raciais

10h Na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, está incluído projeto que estabelece cotas de caráter social e racial para ingresso nas universidades públicas e nas escolas técnicas federais. Também em análise proposta que institui o Estatuto da Juventude.

CE Homenagem a medalhistas

11h Reunião extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte destinada a homenagear os jovens alunos brasileiros ganhadores de medalha de ouro e outros participantes da Olimpíada Mundial do Ensino Técnico.

CMO Emendas parlamentares

14h30/18h20h A Comissão Mista de Orçamento analisa emendas apresentadas à proposta orçamentária para 2012. A reunião ocorre no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Acordo sobre Emenda 29 foi anunciado ontem à noite pelo líder do governo, Romero Jucá; votação da DRU também deve acontecer este ano

Emenda que define investimentos em saúde deve ser votada hoje

O LÍDER DO governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou para hoje a votação da regulamentação da Emenda Constitucional 29, que assegura recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde vindos da União, dos estados e dos municípios.

Durante a sessão de ontem, o governo ainda descartava a possibilidade de votar a matéria este ano. Isso porque, mesmo entre os senadores governistas, havia votos favoráveis à proposta original (PLS 121/07), do ex-senador Tião Viana. Esse texto destina no mínimo 10% das receitas brutas da União à saúde. O percentual representaria investimentos em torno de R\$ 35 bilhões, recurso que o governo alega não ter de onde retirar sem prejudicar outros programas prioritários.

Ao longo do dia, a solução defendida pelo governo era retirar a urgência do projeto, como forma de adiar sua votação até que se conseguisse maioria em torno de uma proposta alternativa. O acordo acabou saindo durante a votação do novo Código Florestal (veja páginas 4 e 5).

Pelas contas do senador Humberto Costa (PE), líder do PT e relator da matéria na Casa, o governo deve conse-



Jucá, Demóstenes e Randolfe durante a sessão em que se discutiu a pauta do Plenário; acordo para votações saiu à noite

Lia de Paula/Senado Federal

guir o número necessário de votos para rejeitar a proposta original e acolher a matéria aprovada na Câmara, que mantém a regra atual para a União. Por essa regra, o governo federal deve aplicar o valor empenhado no ano anterior acrescido da variação nominal do produto interno bruto (PIB) de dois anos anteriores.

Inversão de pauta

A votação da Emenda 29 vinha sendo colocada pelos opositores como condição para também votar este ano a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), matéria que interessa o governo. E tinha prioridade na pauta do Plenário. Mas à tarde,

ainda antes chegar ao acordo, os governistas conseguiram inverter a pauta para acelerar a tramitação da DRU.

A mudança gerou protestos. Demóstenes Torres (DEM-GO) disse que o presidente do Senado, José Sarney, e Romero Jucá descumpriram acordo de líderes. Sarney alegou que a matéria não estava devidamente instruída. Demóstenes, apoiado por Marinor Brito (PSOL-PA), manteve sua discordância. Momentos depois, pediu a palavra e se desculpou publicamente pela forma com que se dirigiu ao presidente do Senado. Em outro momento, Demóstenes fez uma visita de cortesia ao gabinete do presidente.

Humberto: "Não temos de onde tirar dinheiro"

Relator do projeto sobre a Emenda 29, o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), afirmou ontem que o governo não dispõe de recursos para aumentar o investimento na saúde pública.

— Não temos de onde tirar o dinheiro. Teríamos de tirar recursos dos programas sociais, e isso seria descobrir um santo para cobrir outro — disse o senador, antes de ser anunciado o acordo que marcou a votação para hoje.

Por isso, é possível que a matéria ainda gere polêmicas no Plenário, já que a oposição gostaria de ver aprovado o texto do ex-senador Tião Viana, que aumenta o investimento do governo federal na saúde, destinando 10% da receita bruta da União para o setor.

O governo quer rejeitar o texto de Viana e aprovar o projeto como ele veio da Câmara, que mantém a regra atual.

Governo quer 1º turno da DRU amanhã

Está prevista para amanhã a votação, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga até 2015 a Desvinculação de Receitas da União (DRU) — dispositivo que dá ao governo federal liberdade para gastar como bem entender 20% do dinheiro arrecadado com

os tributos que, por lei, têm destino certo e obrigatório.

Segundo o líder do governo, Romero Jucá, haverá um esforço para que nenhum parlamentar da base assine emendas que levem a emenda de volta às comissões. Essa estratégia pode ser usada pela oposição, que condiciona a

aprovação do texto à regulamentação da emenda 29.

— Não pode haver dissidência. A oposição está querendo coletar assinaturas para que a matéria volte para a CCJ — disse, lembrando que isso provocaria uma convocação extraordinária, o que não interessa a nenhum parlamentar.

Dornelles aprova pacote de medidas econômicas



Francisco Dornelles (PP-RJ) avaliou que foram acertadas as medidas de natureza monetária e tributária tomadas pelas autoridades da área econômica do governo para enfrentar a crise mundial, cujo epicentro é o grupo de países que compõem a Zona do Euro. Ele destacou a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de reduzir a taxa básica de juros da economia para 11%, mantendo a tendência de queda dos últimos meses, e o pacote de medidas do Ministério da Fazenda para estimular o investimento, a produção e o consumo.

Para Paim, é hora de taxar grandes fortunas

Paulo Paim (PT-RS) comemorou o retorno à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do seu projeto (PLS 128/08 — Complementar) que estabelece o imposto sobre grandes fortunas. A ideia de taxar grandes fortunas voltou a ser discutida em todo o mundo, segundo o senador.

O imposto sobre grandes fortunas é adotado em vários países, entre os quais Paim citou Alemanha, França, Suíça e Áustria. Ele mencionou ainda o plano do presidente dos EUA, Barack Obama, de aumentar a tributação sobre os mais ricos como mecanismo para combater a crise econômica.

Cyro Miranda cobra ousadia do governo contra a crise



O Brasil não está imune à crise mundial, que não pode ser vista como uma "marolinha", comentou Cyro Miranda (PSDB-GO). A notícia de que o PIB teve crescimento zero no terceiro semestre levou o senador a cobrar mais ousadia do governo e a questionar a eficiência do pacote de medidas da semana passada.

— Será que o consumo interno conseguirá levar o Brasil a crescer 5% em 2012, como deseja o ministro Mantega? — indagou ele, para quem a meta do governo é otimista, dada a conjuntura mundial marcada por forte desaceleração da Zona do Euro.

Marta aponta sucesso do Minha Casa, Minha Vida

Marta Suplicy (PT-SP) falou ontem no Plenário do Senado sobre os bons resultados que têm sido



obtidos pelo programa federal Minha Casa, Minha Vida.

Com base em dados apresentados pela presidente Dilma Rousseff no programa *Café com a Presidenta*, Marta Suplicy apontou que neste ano o Minha Casa, Minha Vida possibilitou a construção de 354 mil moradias, além de terem sido concluídas as obras de mais de 400 mil casas e apartamentos.

De acordo a parlamentar do PT, o sucesso do programa Minha Casa, Minha Vida confirma o compromisso assumido pelo governo federal de assegurar às famílias brasileiras "a tão sonhada casa própria".

— São mais de 5 milhões os brasileiros que ainda não têm sua casa. Daí o acerto de fazer o programa Minha Casa, Minha Vida — afirmou Marta.

Humberto fala de nova fábrica de carros em PE

O senador Humberto Costa (PT-PE) enumerou iniciativas econômicas do governo de Pernambuco



em parceria com o governo federal, como a instalação do polo automotivo de Goiana (PE). O polo receberá uma fábrica de veículos da Fiat, cuja construção deverá contar com 7 mil trabalhadores.

O parlamentar disse que ele próprio ajudou, como relator da medida provisória que prorrogou até 2020 o regime especial tributário para a indústria automotiva nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Também citou a conclusão da última etapa do sistema Pirapama de abastecimento de água, que deve pôr fim ao racionamento na região metropolitana de Recife.

No mesmo pronunciamento, Humberto Costa prestou solidariedade aos familiares das vítimas do acidente que matou, na Bahia, 13 cortadores de cana pernambucanos.

Projeto esclarece regra para que agricultor fique isento de imposto

A isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) nos casos em que haja perda de safra ou pastagem por causa de calamidade pública poderá ser calculada a partir do momento em que o produtor rural ficar sem condições de obter resultados da terra. A medida está prevista em projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta (PLS 72/10) foi aprovada em decisão terminativa (sem necessidade de passar pelo Plenário) e agora vai para a Câmara.

O texto consolida o projeto original de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), com aperfeiçoamentos sugeridos pela CAE e pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Segundo Valadares, a legislação que



Armando Monteiro, relator do projeto que dá isenção do ITR em caso de calamidade pública

trata do ITR comporta sérias dúvidas sobre o momento em que o produtor pode se valer da isenção.

O relator na CAE foi o senador Armando Monteiro (PTB-PE).

Loterias podem ser socorro em calamidades

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou, em segundo turno de votação, projeto que reserva 2,5% da arrecadação de todas as loterias administradas pela Caixa para fazer frente a despesas em situações de calamidade, por meio do Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap). Agora a matéria seguirá para exame da Câmara.

O texto final, apresentado pelo relator, Benedito de Lira (PP-AL), surgiu

da discussão de dois projetos que sugeriam a realização de sorteio especial da Mega-Sena com a finalidade de gerar recursos para atender a vítimas das enchentes ocorridas em Alagoas e em Pernambuco no ano passado.

O senador destacou ainda que a arrecadação da Caixa com as loterias, em 2010, foi da ordem de R\$ 8 bilhões. Se a regra do texto já vigorasse, desse total, seriam aportados ao fundo cerca de R\$ 200 milhões nesse mesmo ano.

Senadores aprovam reforma do Código Florestal, que agora volta para a Câmara

Depois de mais de seis horas de debate, o Plenário aprovou o novo Código Florestal (PLC 30/11). O texto busca equilíbrio entre a preservação de vegetação nativa e as atividades econômicas, tanto no campo quanto nas cidades, e agora volta à Câmara para definição até o fim do ano.

O texto-base de Luiz Henrique (PMDB-SC) e Jorge Viana (PT-AC) foi aprovado por 59 votos a favor e 7 contrários. De 78 emendas, Viana acolheu 26, a maioria referente a mudanças de redação. Quatro destaques foram rejeitados.

O novo código estabelece disposições transitórias — para contemplar as “áreas consolidadas”, que são áreas de preservação permanente (APPs) em que há atividades — e permanentes, com critérios a serem seguidos a partir de 22 de julho de 2008, data da publicação do Decreto 6.514, que define penas da Lei de Crimes Ambientais.



Os relatores Luiz Henrique e Jorge Viana (sentados) apresentam o texto-base do código a Blairo Maggi e Aloysio Nunes: equilíbrio entre a preservação e as atividades econômicas

Oposição vê prejuízos para o Brasil

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) criticou o código aprovado. Segundo ele, o texto, que aumenta as áreas passíveis de desmatamento em encostas — entre 25 e 45 graus de inclinação — e permite uso agressivo pastoril em topos de morro, provocará desmatamentos, em especial na Mata Atlântica. Afirmou ainda que áreas desmatadas em terrenos íngremes aumentam o risco de catástrofes.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) manifestou a mesma preocupação.

— Não podemos minimizar o risco — disse ele, apontando para as catástrofes ocorridas no início do ano na Região Serrana do Rio de Janeiro, em que mais de 900 pessoas mor-

reram em razão de deslizamentos de terra.

Marinor Brito (PSOL-AP) criticou o texto por ignorar recomendações feitas por representantes de entidades científicas, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Para ela, o governo resolveu colocar-se ao lado de quem cometeu crimes ambientais, deixando de lado os interesses do povo. Segundo Marinor, o texto provocará mais desmatamento.

Para João Capiberibe (PSB-AP), há dois problemas principais: a anistia por áreas desmatadas antes de 2008 e a diminuição da reserva legal exigida em propriedades no estado do Amapá.

De 78 emendas, apenas 26 de redação são aceitas

Das 78 emendas de Plenário, Jorge Viana acolheu 26, quase todas relacionadas a mudanças de redação.

Quatro foram votadas separadamente, por acordo de líderes, e rejeitadas pelo Plenário: Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) defendeu emenda dele e de João Capiberibe (PSB-AP) que suprimia dispositivo que diminui a reserva legal do Amapá, por ter mais de 65% do território ocupado por unidades de conservação; Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu a emenda que estabelece “desmatamento zero” para o bioma da Amazônia; e Demóstenes Torres (DEM-GO) defendeu duas — a que troca a expressão “interesse social” por “interesse público”, e a que aumenta a punição criminal para quem desmatar no futuro.

Agricultura familiar ganha tratamento diferenciado

O projeto concede tratamento diferenciado aos agricultores familiares, que poderão, por exemplo, ter autorização para manter atividades de baixo impacto ambiental em área protegida, dispor de regras simplificadas para inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e para o licenciamento de planos de manejo florestal.

Pelo texto, a pequena propriedade ou posse rural familiar poderá manter cultivos e atividades de baixo impacto ambiental em APPs e em áreas de reserva legal, desde que esteja inscrita no CAR e que as atividades sejam declaradas ao órgão ambiental.

Na cidade, novos bairros deverão ter áreas verdes

A instituição do Regime de Proteção das Áreas Verdes Urbanas, com regras que preveem a manutenção de pelo menos 20 metros quadrados de área verde por habitante em novas expansões urbanas, é uma inovação do novo texto. Os municípios terão até dez anos para rever plano diretor e leis municipais de uso do solo.

— Isso vai garantir uma melhor qualidade de vida das nossas cidades — disse o presidente da Comissão de Meio Ambiente, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Agricultor poderá ter benefício progressivo

Pelo critério da premiação progressiva previsto no texto, os proprietários rurais que seguirem a lei ou forem além das obrigações mínimas para áreas protegidas receberão vantagens.

Os proprietários que obedecerem às normas serão, por exemplo, os primeiros a receber benefícios econômicos e financeiros em programa a ser criado pelo governo. O texto também estabelece incentivos para os produtores que fizerem a recomposição de áreas protegidas.

Todas as terras entrarão em cadastro nacional

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é mais um instrumento criado pelo novo Código Florestal. Os donos de terras terão prazo de um ano, prorrogável por igual período, para registrar suas propriedades no cadastro.

O cadastro terá a finalidade de integrar as informações ambientais de todas as propriedades e posses rurais. Servirá para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. Os dados do CAR estarão na internet (com acesso público) e servirão para a elaboração dos programas de regularização ambiental (PRA).

Cota de reserva ambiental será a “moeda verde”

À semelhança do atual, o novo Código Florestal prevê uma espécie de “moeda verde”. A cota de reserva florestal será substituída pela cota de reserva ambiental (CRA), um “título nominativo representativo de área com vegetação nativa, existente ou em processo de recuperação”. Cada CRA corresponderá a um hectare (10 mil metros quadrados) de área com vegetação nativa primária, ou vegetação secundária em qualquer estágio de regeneração ou recomposição ou ainda áreas de recomposição reflorestadas com espécies nativas.

A CRA poderá ser doada, transferida, vendida ou comprada e poderá ser utilizada para compensar reserva legal de imóvel rural situado “no mesmo bioma da área à qual o título está vinculado”.

Davim: produção não impede preservação



Paulo Davim (PV-RN) defendeu a atualização do Código Florestal, que data de 1965, mas ressaltou que o texto não agrada a importantes setores da sociedade. O senador disse que sugestões apresentadas por instituições científicas precisam ser incorporadas, tendo em vista que 38 bacias hidrográficas apresentam menos de 20% de sua vegetação nativa.

Davim ressaltou que os ambientalistas não são contra o aumento da produção no campo e citou experiências da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que desenvolveu estudos admitindo o aumento do agronegócio sem prejudicar o meio ambiente e sem diminuir as áreas de preservação.

Ana Amélia responde a nota da CNBB



— Projeto que reformula uma lei de 1965 é de extrema importância para um país que guarda a maior diversidade ambiental do planeta e é um dos maiores produtores de alimentos do mundo — afirmou.

Sobre nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) afirmando que o código mantém ocupações em áreas desmatadas, a senadora citou dom Demétrio Valentini, bispo de Jales (SP), para quem as preocupações expressas pela CNBB estão, na verdade, contempladas no texto.

País faz seu “dever de casa”, diz Rollemberg

Ao citar o estudo do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que apontou para uma redução de 11% no desmatamento na Amazônia, o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) avaliou que os dados do Inpe comprovam que os debates sobre o novo Código Florestal não provocaram um aumento do desmatamento na região.

— Os dados do Inpe demonstram que o Brasil não apenas está fazendo o seu dever de casa, ao contrário de muitos outros países, mas está fazendo bem o seu dever de casa. Também é uma resposta clara às inúmeras especulações de que o debate sobre o novo Código Florestal já estaria provocando maior destruição na Floresta Amazônica.

Ângela rebate críticas de ambientalistas



— A forma como os trabalhos foram conduzidos jamais colocou em oposição a preservação da natureza e a produção de alimentos. Evitou-se, aqui no Senado, a tentação de criminalizar os trabalhadores rurais sem, contudo, transigir com aqueles que usam a atividade rural como escudo para as agressões ao meio ambiente — afirmou.

A senadora elogiou o relatório de Jorge Viana. Para ela, todos os setores foram ouvidos.

Segundo Anibal, plantio sustentável cresce no Acre



Ele relatou viagem que fez na semana passada pelo interior do estado, com o governador, para a entrega de bônus de certificação de propriedade rural a 2 mil famílias pelos serviços ambientais prestados por elas.

— Os agricultores que aderem aos roçados sustentáveis recebem bônus de R\$ 500. Mais de 10 mil pessoas estão sendo beneficiadas com essa iniciativa, que é voltada para a importância de produzir sem degradar — afirmou.

Blairo relativiza desmate em Mato Grosso

Blairo Maggi (PR-MT) fez esclarecimento sobre os dados de desmatamento na Amazônia em 2011. Pelo levantamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), os únicos estados que registraram aumento da área desmatada em relação a 2010 foram Mato Grosso e Rondônia.

O senador disse que precisava “esclarecer um mal-entendido” para que o estudo não contaminasse a discussão do Código Florestal. Blairo,

que foi governador de Mato Grosso, disse que, apesar de ter apresentado o maior índice de desmatamento de 2010 a 2011, o estado reduziu a prática de forma significativa nos últimos seis anos.

— Há de fato um aumento de 23% de 2011 em relação a 2010. Mas, quando comparamos 2011 com 2004, que foi o mais agudo em Mato Grosso, temos redução de mais de 90% no desflorestamento.



Blairo Maggi (E) e Rollemberg, presidente da CMA, debatem o projeto na comissão

Aprovada proposta que cria estatal para controle de pesquisas

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem proposta que autoriza o Poder Executivo a criar a Empresa para a Gestão do Licenciamento de Pesquisa no Bioma Brasileiro (Emgebio).

A estatal terá por finalidade o controle de pesquisas biotecnológicas e o monopólio das patentes originadas desse trabalho. O projeto, relatado por Eduardo Braga (PMDB-AM), vai ao exame da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), nessa última, em decisão terminativa.

O PLS 440/11, de Sérgio Souza (PMDB-PR), visa contribuir para o fim da biopirataria e para que o país tenha maior retorno econômico das pesquisas. As patentes terão validade por dez anos e podem ser renovadas pelo mesmo período. A Emgebio será órgão de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

Incentivos para turismo rural passam em comissão

A Comissão de Meio Ambiente aprovou ontem projeto destinado a incentivar o turismo rural. O produtor rural que atua na atividade poderá receber visitantes por meio de agências de turismo.

O projeto (PLC 19/11), de autoria do então deputado Silvio Torres, estabelece que as atividades turísticas desenvolvidas no meio rural devem estar comprometidas com a produção agropecuária, como forma de agregar valor a produtos e serviços do setor.

Relatada pelo senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), a proposta ainda será submetida à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para votação final.

Pelo texto, o turismo rural deverá constar entre as atividades previstas na Lei 8.023/90, que trata do imposto sobre a renda obtida no campo, e na Lei 5.889/73, que dispõe sobre o trabalho rural.

Acordo de líderes é esperado para agilizar a aprovação dos relatórios setoriais para a proposta orçamentária de 2012. Parlamentares voltam a se reunir hoje às 15h

Comissão de Orçamento planeja votações até sexta

OS RELATÓRIOS SETORIAIS do Orçamento de 2012 podem ser votados até sexta-feira na Comissão Mista de Orçamento (CMO), caso os representantes dos líderes partidários na comissão cheguem a um acordo. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da CMO, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Seis dos dez relatórios setoriais foram entregues, e ontem os trabalhos foram suspensos por Vital para aguardar os demais. A comissão volta a se reunir hoje, às 15h. A intenção é votar os relatórios nesta semana, deixando para a semana que vem o relatório final do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP).

— Continuamos no entendimento com os relatores para que eles agilizem seus trabalhos — informou o senador.

Os seis relatórios que já foram entregues são: Agricultura e Desenvolvimento Agrário,



Vital do Rêgo suspende a sessão para aguardar os relatórios restantes

do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES); Justiça e Defesa, do deputado Dilceu Sperafico (PP-PR); Saúde, do deputado Rui Costa (PT-BA); Poderes do Estado e Representação, do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE); Infraestrutura, do senador Delcídio do Amaral (PT-MS); e ainda os relatórios das áreas de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte, do senador Cyro Miranda (PSDB-GO).

Os outros quatro relatórios setoriais que compõem o Orçamento são: Integração Nacional e Meio Ambiente, do deputado José Priante (PMDB-PA); Planejamento e Desenvolvimento Urbano, do deputado Giroto (PMDB-MS); Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, do deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE); e Trabalho, Previdência e Assistência Social, do deputado Efraim Filho (DEM-PB).

Avança projeto que autoriza União a obter verba do BID

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou autorização para o governo tomar emprestados até US\$ 15 milhões para o Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União. A operação será feita com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A mensagem (MSF 146/11) vai para o Plenário. O relator foi Inácio Arruda (PCdoB-CE).

O objetivo do programa é aumentar o aproveitamento do potencial econômico e socioambiental do patrimônio da União, fortalecendo a capacidade de gestão da Secretaria do Patrimônio da União. É previsto, por exemplo, aumento na arrecadação com os imóveis da União de US\$ 134 milhões, como resultado da ampliação da base cadastral dos bens.



Lobão Filho (E), vice-presidente da CAE, ouve Casildo Maldaner sobre benefício a estados

Medida facilita empréstimos de estados inadimplentes

Estados e municípios inadimplentes poderão contratar operações de crédito junto a instituições financeiras credoras para regularizar o débito com pendências. É o que prevê projeto de resolução (PRS 42/11) de Casildo Maldaner (PMDB-SC) aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Com parecer favorável do relator, Romero Jucá (PMDB-RR), a proposta vai ao Plenário.

Um dos objetivos é eliminar a exigência de plena adimplência dos entes da Federação na renegociação de débitos com as instituições financeiras credoras. Jucá considera que o crescimento da economia e a consequente retomada dos investimentos públicos aumentou significativamente o número de operações de crédito, sendo necessário simplificar alguns procedimentos.

Educação, Cultura, Ciência e Esporte ganham 15% a mais

Os ministérios da Ciência e Tecnologia; Educação; Cultura; e Esporte deverão ter dotações orçamentárias de R\$ 83,61 bilhões em 2012, 15% a mais que em 2011. Os números estão no relatório setorial da proposta orçamentária entregue ontem à Comissão Mista de Orçamento pelo relator Cyro Miranda.

O Ministério do Esporte é o que mais vai ganhar, proporcionalmente. O valor de R\$ 1,62 bilhão destinado à pasta em 2012 representa acréscimo de R\$ 335 milhões (26%) em relação a 2011.

Entre os programas temáticos da pasta, destaque para o que diz respeito a grandes eventos esportivos, com R\$ 1,3 bilhão, o equivalente a 79% dos recursos destinados ao ministério.

De acordo com o senador Cyro Miranda, além de ampliar o acesso da população ao esporte e ao lazer, a verba será destinada à preparação dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e à Copa do Mundo de 2014.

Para o orçamento do Ministério da Educação, o projeto de Lei Orçamentária para 2012 alocou R\$ 72,29 bilhões. Boa parte desse dinheiro (39,1%) é direcionada a gastos com pessoal e encargos sociais.

Os três programas temáticos mais importantes são Educação Básica, Educação Superior: graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão e Educação Profissional e Tecnológica, os quais, juntos, detêm R\$ 41,7 bilhões.

O Ministério da Cultura, segundo o relatório, deve ficar com R\$ 1,79 bilhão, o que significa 9% de crescimento

em relação à proposta do ano anterior. Entre os programas temáticos da pasta, destaca-se o Cultura: preservação, promoção e acesso, com R\$ 1 bilhão (equivalente a 57,2% dos recursos do órgão). Conforme o relatório, tal programa pretende ampliar, modernizar e recuperar espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer, com ênfase em áreas de alta vulnerabilidade social.

O Orçamento de 2012 destina R\$ 7,9 bilhões ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Esse valor aumentou 8,3% em relação à proposta de 2011, o que corresponde a cerca de R\$ 600 milhões de acréscimo. Em relação a valores, os programas mais importantes são Ciência, Tecnologia e Inovação, que recebeu R\$ 4,3 bilhões; Política Nuclear, com R\$ 643,9 milhões; e Política Espacial, com R\$ 390,6 milhões.

À programação dos quatro ministérios que integram essa área temática, foram apresentadas 2.144 emendas, sendo 2.045 individuais e 99 coletivas.

O relator constatou que os parlamentares buscaram reforçar principalmente ações dirigidas à implantação e modernização de infraestrutura esportiva; à infraestrutura para educação básica; à reestruturação e expansão das universidades federais; ao apoio ao transporte escolar para a educação básica e à instalação e modernização de equipamentos e espaços culturais.

A expectativa do presidente da comissão, senador Vital do Rêgo, é que os demais relatórios sejam entregues até amanhã.

Crescimento

Quatro ministérios aumentaram suas dotações (em R\$)

MINISTÉRIO	2011	2012
Ciência e Tecnologia	7,29 bi	7,9 bi
Educação	62,56 bi	72,29 bi
Cultura	1,65 bi	1,79 bi
Esporte	1,28 bi	1,62 bi

À programação dos quatro ministérios que integram essa área temática, foram apresentadas 2.144 emendas, sendo 2.045 individuais e 99 coletivas.

O relator constatou que os parlamentares buscaram reforçar principalmente ações dirigidas à implantação e modernização de infraestrutura esportiva; à infraestrutura para educação básica; à reestruturação e expansão das universidades federais; ao apoio ao transporte escolar para a educação básica e à instalação e modernização de equipamentos e espaços culturais.

A expectativa do presidente da comissão, senador Vital do Rêgo, é que os demais relatórios sejam entregues até amanhã.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes* de secretário: João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Anibal Diniz • Cícero Lucena • José Sarney • Waldemir Moka • Delcídio do Amaral

* Vago em razão da saída de Gilvam Borges

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Sítio: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sítio: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep

Proposta, que agora vai para a Câmara, dá incentivo fiscal à família que reduz a jornada de trabalho para que o empregado vá à escola



José Cruz/Senado Federal

Eduardo Suplicy (E), relator do projeto, na reunião da Comissão de Assuntos Sociais

Aprovado incentivo para escolarização de domésticas

AS FAMÍLIAS QUE dispensarem seus empregados domésticos de parte da jornada de trabalho para que frequentem a escola poderão ter duplicado o desconto no Imposto de Renda relativo à contribuição dos empregadores à Previdência Social.

O projeto com esse conteúdo (PLS 254/08), do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos e teve parecer favorável do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Agora, a proposta irá diretamente para a Câmara dos Deputados — se não houver recurso para que passe antes pelo Plenário do Senado.

As contribuições patronais à Previdência a favor de empregado doméstico podem ser lançadas na declaração do Imposto de Renda, para a concessão de desconto, desde 1995. Essa possibilidade é válida apenas para um empregado, e o total a ser descontado do imposto devido não pode ultrapassar um salário mínimo (R\$ 545 hoje ou R\$ 622,73 no ano que vem).

Considerando que o patrão paga um salário mínimo (em valores de 2012) para seu empregado doméstico, a contribuição patronal (12%) é de R\$ 74,72 por mês — ou R\$ 896,74 por ano. O desconto no Imposto de Renda fica, portanto, em R\$ 622,73 (o salário mínimo).

Caso o patrão opte pela dispensa parcial da jornada de trabalho de seu empregado, para que ele estude, esse desconto se elevará a R\$ 1.245 (dois salários mínimos).

Emenda

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou emenda a projeto de Cristovam Buarque que havia sido introduzida durante as discussões na Comissão de Educação (CE).

Sem essa emenda, os contribuintes teriam condições mais flexíveis para dispor do desconto em dobro. Bastaria que o trabalhador frequentasse escola, sem necessariamente serem liberados de parte do horário de trabalho.

A senadora Ana Rita (PT-ES) lamentou que se esteja criando um estímulo indireto ao empregado doméstico,

com real benefício econômico para o empregador.

Foi desse debate, na Comissão de Educação, que surgiu a emenda impondo também um custo ao empregador, que passa a abrir mão de parte da jornada de trabalho do empregado que esteja frequentando escola. A emenda foi assinada pelo próprio Cristovam.

O senador argumentou que o direito constitucional à educação é universal, mas na prática não prevalece. Ele disse que o desconto sugerido serviria para concretizar esse direito dos empregados domésticos — de forma semelhante ao abatimento que os contribuintes já recebem por pagar escolas privadas para seus filhos.

Na avaliação do senador, a elevação da escolaridade pode ajudar os domésticos a conquistar novas oportunidades profissionais.

Para Eduardo Suplicy, relator na Comissão de Assuntos Sociais, a melhoria na escolaridade dará aos trabalhadores domésticos benefícios em termos de cidadania.

Prazo maior para contagem de matrículas

O prazo para que ainda sejam computadas pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) as matrículas de pré-escola em instituições conveniadas poderá ser prorrogado. Projeto (PLS 446/11) de Inácio Arruda (PCdoB-CE) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) amplia esse prazo por mais quatro anos, a partir de 1º de janeiro de 2012, prorrogáveis por igual período. A Comissão de Educação (CE) ainda tomará decisão terminativa.

O autor argumenta que a lei que regulamenta o Fundeb permitiu a inclusão das matrículas de creches, pré-escolas e educação especial feitas em escolas confessionais, comunitárias e filantrópicas, no caso de atividades sem fins lucrativos. No caso das creches e da educação especial, permite que as matrículas em escolas conveniadas sejam consideradas durante todo o período de vigência do fundo. Não houve, porém, o mesmo tratamento para o caso das matrículas da pré-escola, referentes a crianças de quatro a cinco anos, válidas por apenas quatro anos e que expiram em 31 de dezembro de 2011.

Educação e ciência podem ter 50% do Fundo Social

Com a presença de representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes), a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou o PLS 138/11, que destina às áreas de educação e de ciência e tecnologia metade dos recursos do Fundo Social. Criado no final do ano passado, o fundo tem entre as suas principais fontes de receita os recursos da exploração de petróleo na camada pré-sal.

Aprovado anteriormente pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), o texto determinava um mínimo de

50% dos recursos do Fundo Social para a educação pública. Na CE, emenda apresentada pelo relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), incluiu a área de ciência e tecnologia.

Nessa última versão, dos 50%, no mínimo 70% irão para a educação básica; 20%, para a educação superior; e 10%, para ciência e tecnologia.

O autor, Inácio Arruda

(PCdoB-CE), lembra que a destinação de metade do Fundo Social à educação já estava prevista na lei que o criou, mas acabou vetada pelo então presidente Lula.



Léo de Paula/Senado Federal

À mesa, Paulo Bauer (E), vice-presidente da Comissão de Educação, coordena as votações

Projeto de lei obriga estatal a divulgar gasto com patrocínio

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que impõe mecanismos de controle e transparência sobre os gastos das empresas estatais federais com publicidade e patrocínio.

Pela proposta (PLS 82/09), os gastos anuais não poderão exceder em 15% o valor médio dos quatro anos anteriores. Determina que os valores sejam publicados a cada três meses no *Diário Oficial da União* e em ao menos três jornais de circulação nacional.

O texto é do então senador Raimundo Colombo. Ele afirma que os mecanismos de transparência e o controle dos gastos públicos ainda não alcançam as despesas com publicidade e patrocínio das estatais. Segundo Colombo, esses gastos vêm crescendo há muito tempo e atingiram “números alarmantes” nos últimos anos.

O projeto agora irá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa (não passará pelo Plenário). Foi relatado, com voto favorável, por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Autorizados planos de saúde com cobertura reduzida

A oferta e a contratação de planos de saúde com coberturas reduzidas — os planos segmentados — foram autorizadas pela Comissão de Assuntos Econômicos, dependendo agora de decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais antes de ir ao exame da Câmara.

A ideia, conforme a autora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), é diminuir o custo do produto, tornando-o mais acessível. A autorização só valeria para planos familiares e individuais.

As segmentações e amplitude das coberturas — conforme padrões mínimos de exigências — estão definidas na Lei dos Planos de Saúde (Lei 9.656/98).

Há um plano de referência abrangente, com cobertura assistencial médico-ambulatorial e hospitalar. E há previsão para segmentações, com estipulação de serviços mínimos, para planos de atendimento ambulatorial, hospitalar, odontológico ou farmacêutico. O projeto abre caminho para a oferta de planos ainda mais segmentados comparativamente aos já previstos.

Vinculação direta à Presidência da República foi aprovada pela Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos

Subcomissão sugere ministério para coordenar política antidrogas

A SECRETARIA NACIONAL de Políticas sobre Drogas (Senad), subordinada ao Ministério da Justiça, pode ganhar *status* de ministério, segundo relatório aprovado ontem pela Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e outros.

O texto de Ana Amélia (PP-RS) propõe a vinculação da Senad diretamente à Presidência da República. A senadora considera a medida um “empoderamento” da secretaria.

Como alternativa, a Senad poderia ser submetida à autoridade da coordenação da política antidrogas. Essa figura poderia ser o ministro da Saúde ou do Desenvolvimento Social, de acordo com o presidente da subcomissão, Wellington Dias (PT-PI).

Waldemir Moka (PMDB-MS) destacou a contribuição da subcomissão, que disseminou a discussão sobre a dependência química no país, e propôs ao Congresso exami-



Wilson Dias/Abn

Atividades como o Dia de Luta Contra o Abuso de Drogas ganharão força caso o novo *status* da secretaria seja confirmado

nar a questão da internação compulsória.

Por sua vez, Wellington Dias parabenizou o trabalho de todos os membros da subcomissão e pediu um exame coordenado das suas conclu-

sões, considerando também o relatório da comissão congênere da Câmara.

O texto final da subcomissão deve ser encaminhado à presidente Dilma Rousseff, a ministros, governadores e

prefeitos, além do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Antes, será apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), à qual o grupo está subordinado, em 14 de dezembro.

Projeto direciona dinheiro de tributos para municípios pobres

A Comissão de Desenvolvimento Regional aprovou ontem projeto determinando que os programas de fomento econômico custeados com dinheiro arrecadado pelo governo com o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) priorizem os municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O projeto em questão (PLS

142/08) é do senador Renan Calheiros (PMDB-AL). A relatora da proposta, senadora Lídice da Mata (PSB-BA), afirmou em seu relatório que, dos valores desembolsados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em projetos de fomento em 2010, apenas 10,2% foram destinados para a região Nordeste; 7%, para a Norte; e 6,7%, para a Centro-Oeste. Por outro lado, as re-

giões mais prósperas do país receberam mais: a Sudeste ficou com 58,2%; e a Sul, 18%.

Ela argumenta que o BNDES é fundamental para estimular os investimentos, a produção e o emprego das regiões carentes. E aponta a necessidade de medidas que minimizem “o quadro de disparidade na aplicação de recursos administrados por esse banco, com o objetivo de reduzir os desequilíbrios regionais”.

Comissão eleva pena para exploração sexual de menores

O projeto de lei que aumenta em dois anos a pena mínima e a máxima para o crime de indução à exploração sexual de crianças e adolescentes, inclusive pela internet, foi aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

A proposta (PLS 495/11), apresentada pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Política Nacional de Turismo.

O relator, senador Paulo Paim (PT-RS), deu-lhe parecer favorável.

Paim afirmou que a realização de campanhas de esclarecimento e de combate à exploração sexual de menores de idade e a inclusão de ações específicas nesse sentido na Política Nacional de Turismo são indispensáveis — e particularmente neste momento, quando o Brasil se prepara para a Copa de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016.



Ana Rita, João Durval, Lídice da Mata, Wellington Dias e Paulo Paim na Comissão de Desenvolvimento Regional

Embelezamento e estética podem ser profissionalizados

A regulamentação das profissões de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, depilador e maquiador foi aprovada ontem pela Comissão de Educação (CE) e segue ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). De acordo com o projeto de lei da Câmara (PLC 112/07), essas atividades poderão ser exercidas por pessoas que tiverem concluído o ensino fundamental e possuírem habilitação específica legalmente reconhecida, fornecida por entidade pública ou privada; ou atuarem profissionalmente nessas áreas há pelo menos um ano. O parecer favorável foi elaborado pela senadora Ana Amélia (PP-RS).

Subcomissão vai examinar situação da aviação brasileira

Subcomissão temporária a ser criada no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) vai discutir problemas relativos à aviação brasileira. A iniciativa é do senador Vicentinho Alves (PR-TO), relator de projeto (PLS 434/11) do senador Blairo Maggi (PR-MT) que trata da jornada de trabalho do aeronauta.

A criação da subcomissão foi anunciada em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais sobre o setor aeroviário. Formada por consultores e representantes de empresas e de trabalhadores da área, o colegiado terá seis meses para estudar a situação da aviação brasileira.

Lídice ressalta passagem de data em defesa da mulher

Lídice da Mata (PSB-BA) assinalou ontem, 6 de dezembro, ações em todo o país pela passagem do Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Nesta data, em 1989, em uma Escola Politécnica do Canadá, um rapaz de 25 anos, armado, invadiu uma sala de aula, ordenou que todos os homens saíssem e assassinou as 14 mulheres que ali estavam. Em seguida, suicidou-se. Deixou carta em que dizia que “não suportava ver mulheres estudando engenharia, um curso, por tradição, dirigido exclusivamente aos homens”.



Lia de Paula/Senado Federal

Criminalização da homofobia entra na pauta em meio a polêmica

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) reúne-se amanhã para analisar 28 itens, incluíse o substitutivo de projeto da Câmara (PLC 122/06) que criminaliza a homofobia.

A proposta, relatada por Marta Suplicy (PT-SP), amplia a abrangência da Lei 7.716/89, que trata da

discriminação decorrente de raça, religião e origem, para incluir também motivações ligadas a gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero.

Há polêmica e discordância principalmente entre evangélicos e entidades ligadas aos direitos dos homossexuais. Marcelo Crivella (PR-RJ) disse que prefere a

derrubada do projeto e elaboração de nova proposta.

— A senadora Marta disse que havia construído um acordo. Nós gostaríamos de terminar com o projeto e construir um novo texto, mas ela insistiu com emendas, que melhoraram, mas não há acordo. Se for para colocar em votação, nós votaremos contra.



Crivella ressalta que não há acordo e que vai votar contra a proposta